



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 2016**

-----**ACTA NÚMERO 2**-----

Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Lopes, o Senhor Vogal António Rocha, a Senhora Vogal Rosa Lopes Costa e o Senhor Vogal José Rodrigues. A Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto encontra-se ausente por motivos profissionais. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena justificou a ausência e deu início à segunda reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----

Ordem do Dia: -----

- 1 – Proposta de Deliberação N.º 10/2016 – Compartimento N.º 22 D do Jazigo Paroquial N.º 4 - afixação de Edital e colocação de placa de abandono; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 11/2016 – 1ª Alteração Orçamental; -----
- 3 – Proposta de Deliberação N.º 12/2016 – Tolerância de ponto para o ano de 2016; -----
- 4 – Proposta de Deliberação N.º 13/2016 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença para manutenção elétrica dos edifícios da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas – António Afonso; -----

- 5 – Proposta de Deliberação N.º 14/2016 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença para serviço de apoio jurídico à população; -----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 15/2016 – Aprovação das maquetes das montras da sede do Grupo Motard “Os Lobos de Carnaxide”; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 16/2016 - Aquisição de Serviços para apoio à elaboração das atas da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias na modalidade de avença; -----
- 8 – Proposta de Deliberação N.º 17/2016 - Aquisição de Serviços – Limpeza Urbana - Delegação de Competências na modalidade de avença; -----
- 9 – Proposta de Deliberação N.º 18/2016 – Aquisição de Serviços Gerais e limpeza de instalações da União das Freguesias na modalidade de avença; -----
- 10 – Proposta de Deliberação N.º 19/2016 - Aquisição de Serviços Gerais e limpeza de instalações (Mercado Municipal de Carnaxide) na modalidade de avença - Sr. José Oliveira; --
- 11 – Proposta de Deliberação N.º 20/2016 - Aquisição de Serviços Gerais e limpeza de instalações (Mercado Municipal de Carnaxide) na modalidade de avença - Sr. Paulo Santos; --
- 12 – Proposta de Deliberação N.º 21/2016 - Aquisição de Serviço de Apoio Social à população na modalidade de avença – Dra. Marta Frago; -----
- 13 – Proposta de Deliberação N.º 22/2016 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença para serviço de assistência informática à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----

Ponto – Um – Informações -----

--- Recebi um email da Administração Central do Sistema de Saúde, designado por CNS, que todos os anos aprova um valor, que é deduzido na fonte pelas transferências do Fundo de Financiamento as Freguesias, a pagar mensalmente por esta Junta de Freguesia, face ao universo de trabalhadores que tem e que dependem do Serviço Nacional de Saúde. O valor aprovado mensalmente, em três vezes, para este ano é de setecentos e noventa e dois euros e cinquenta e um cêntimos, que será deduzido mediante a retenção pela DGAL, das transferências do Orçamento Geral do Estado. -----

--- A Junt'Arte enviou-nos um email a solicitar uma reunião com caráter de urgência a fim de tratar de assunto relacionado com a atividade da Associação. Como sabem, eu e o Sr. Vogal Rodrigues tivemos a ideia e encetámos contatos no sentido de esta Associação cuja sua sede social é uma loja no centro de Queijas que tem uma renda elevada e tinha-nos sido informado há algum tempo que não teriam capacidade de pagar mais essa renda. Nós, preocupados, encetámos contatos com o Sporting Clube de Linda-a-Pastora no sentido de

saber se estariam interessados em acolher aquela coletividade numa das suas salas, dando assim, também, alguma visibilidade à Associação naquele local e havendo a possibilidade até de captar novos sócios e mais atividade. Depois de o Sr. Vogal José Rodrigues ter o trabalho e a vontade de encetar essas negociações e que o Clube até se mostrou disponível, a Junt'Arte informou o Sr. Vogal que o espaço não estaria de acordo com a sua vontade e desejo. Portanto, não aceitaram essa proposta da Junta de Freguesia. Face ao exposto, neste momento não temos qualquer espaço que possa preencher essa necessidade e eu irei agendar uma reunião em Queijas comigo, com o Sr. Vogal Rodrigues e o Sr. Vogal Rocha para recebermos a Associação e ouvirmos o que eles têm para dizer porque da nossa parte já arranjámos uma solução mas que eles não aceitaram. Por outro lado, sei que escreveram à Sra. Vereadora Marlene na tentativa, também, de terem uma resposta. -----

--- A Associação de Dadores Benévolos de Sangue enviou um email de quatro de janeiro a agradecer todo o trabalho e colaboração que temos desenvolvido em parceria com aquela associação durante o ano de dois mil e quinze e vêm propor-nos um calendário para o ano de dois mil e dezasseis. Só posso enviar email com uma resposta se os Srs. Vogais estiverem de acordo porque, para isso, é preciso que cá estejam para assegurar as situações. Passo a enunciar as datas e locais propostos, conforme documento em anexo a esta ata. Foi deferido o proposto e informar a concordância do Executivo. -----

--- Através da Câmara Municipal de Oeiras e reencaminhado pelo Instituto Nacional de Estatística, foi-nos informado que em dois mil e catorze existem cento e setenta e dois mil, novecentas e cinquenta e nove pessoas que vivem no Concelho de Oeiras, que em Portugal existem dez milhões, trezentos e setenta e quatro mil e oitocentos e vinte e dois cidadãos. No Concelho de Oeiras existem oitenta mil homens e noventa e duas mil mulheres. Vinte e sete mil e duzentos têm menos de quinze anos, trinta e oito mil quinhentos e sessenta e um com sessenta e cinco ou mais anos. A densidade da população é de três vírgula setecentos por metro quadrado. O total do crescimento natural anual é de zero vírgula um. O índice de potencialidade é sessenta e sete virgula quatro. Recolhidos setenta mil toneladas de resíduos urbanos de dois mil e catorze. Cinquenta e seis mil quilos de recolha diferenciada. Doze mil quilos de recolha seletiva. As receitas e despesas dos Municípios, em ambiente, é de trinta e seis vírgula oito euros por habitante. A taxa bruta de natalidade é de cerca de nove vírgula oito por cento. A taxa bruta de natalidade é de oito vírgula cinco por cento. A taxa bruta de divórcios é de dois vírgula um por cento. A taxa de mortalidade infantil é de três vírgula sete por cento. A taxa bruta de nupcialidade é de dois vírgula cinco por cento. Quatro vírgula quatro enfermeiros por cada mil habitantes. Zero vírgula três farmácias e postos farmacêuticos móveis por cada mil habitantes. -----

--- Como sabem, quando tenho que elogiar eu elogio, quando é para analisar ou criticar também o devo fazer. Está marcado para dia vinte de janeiro uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara e a Santa Casa da Misericórdia, relativa a assuntos disciplinares com trabalhadores, nomeadamente Educadores de Infância, do quadro de pessoal da Junta de Freguesia destacados nas creches da Santa Casa da Misericórdia, ao abrigo do protocolo assinado entre a Junta de Freguesia de Carnaxide, a Junta de Freguesia de Queijas, o Município de Oeiras e a Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, em mil novecentos e noventa e três. -----

--- Fui abordado pela nossa trabalhadora Assistente Técnica Alexandra Antunes que vai a junta médica no dia vinte de janeiro e que, segundo ela me relatou, está num bom processo de recuperação e, em princípio, irá regressar ao serviço na Delegação de Queijas. Ficando na Delegação de Queijas, no início, ela e o Armando, até que adquira novamente a prática habitual e, depois, nesse sentido, o Armando regressará à Sede fazendo equipa com ela sempre que não estiver. O Sr. Luís Trindade tinha que se apresentar hoje ao serviço, vindo da baixa, mas não se apresentou e eu pedi para me informarem se entrou algum atestado, dado que tem cinco dias para apresentar novo atestado e decidir se quer ser presente a uma junta médica por iniciativa própria ou se pretende que a Autarquia peça essa junta médica. Tive conhecimento do requerimento do Sr. Assistente Técnico Sérgio Gomes dando conta que pretende gozar trinta dias de licença de maternidade partilhada com a esposa, com início a sete de março e fim a cinco de abril, dado que a seguir é a Páscoa, estamos a falar de, sensivelmente, cinco semanas. Embora seja um direito do trabalhador, o que me faz trazer o assunto à reunião, à semelhança do que se passou com a Dra. Ana Barata, tem a ver com o fato de os trabalhadores não serem obrigados a comunicar pessoalmente estas situações, podem fazê-lo por escrito. Mas, dado que a Autarquia é um órgão tão pequeno, às vezes fico um pouco triste por isto me aparecer nas mãos sem que o trabalhador fale comigo pessoalmente. É um direito que lhe assiste e ele, com certeza, já tinha manifestado quando a sua criança nasceu que tinha essa intenção, junto dos seus colegas, mas eu tenho que acautelar o serviço. Enquanto dirigente máximo desta Autarquia, eu tenho que programar o trabalho para os meses seguintes e a Junta de Freguesia poderia, por exemplo, não ter ninguém, naquele momento, para proceder à substituição do trabalhador. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 04 de Janeiro de dois mil e dezasseis e o dia 10 de Janeiro de dois mil e dezasseis, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 22.577,07 € (vinte e dois mil quinhentos e setenta e sete euros e sete cêntimos); em caixa 4.826,90 € (quatro mil oitocentos e vinte e seis euros e noventa cêntimos), sendo o total das

disponibilidades de 28.943,91 € (vinte e oito mil novecentos e quarenta e três euros e noventa e um cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 10.648,66 € (dez mil seiscientos e quarenta e oito euros e sessenta e seis cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 6.197,41 € (seis mil cento e noventa e sete euros e quarenta e um cêntimos). -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 10/2015 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 573/2016, relativa ao compartimento n.º 22 D do Jazigo Paroquial n.º 4, que se encontra em regime de aluguer desde 1 de Julho de 1962, sendo responsável, o Sr. João Carlos Almeida da Silva. -----

Neste sentido, a anuidade do referido compartimento encontra-se em atraso desde 2012, tendo esta Junta de Freguesia remetido ofício registado ao responsável, comunicando o respetivo atraso, tendo o mesmo sido devolvido com indicação de "*desconhecido, não existe número de porta*". -----

Neste contexto e de acordo com os pontos n.º 1 e 4, artigo 47.º do capítulo X, do Regulamento do Cemitério Paroquial da Freguesia de Carnaxide, propõe-se: -----

1. Que seja afixado o Edital nos locais habituais e colocação de placa de abandono no compartimento n.º 22 D do Jazigo Paroquial n.º 4, dando conhecimento que a Junta de Freguesia irá se apropriar do referido compartimento. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 11/2015 -----

O Orçamento da União das Freguesias de Carnaxide – Queijas para 2016 se consubstancia num conjunto de Rubricas de Despesa Corrente e de Capital. -----

Algumas destas rubricas consubstanciam-se em Ações – PPA, valorizadas em função das necessidades previstas para 2016, tanto no que respeita a rubricas da despesa corrente, como em códigos de PPI (associadas a rubricas da despesa de capital). -----

Face a uma gestão que se pretende analítica e periódica, reforçando rubricas que pela sua natureza são necessárias reforçar, nomeadamente, as verbas referentes a prestações de serviços, mais concretamente de Ação Social, Apoio Jurídico e Serviços de Eletricista, bem como o ajuste de verbas do Abono de Família devido ao aumento da sua majoração no ano corrente e da necessidade da aquisição de estores para a sua sede. -----

A 1ª alteração orçamental encontra-se formulada no âmbito das regras em vigor no POCAL, e demais legislação em vigor, nos termos legais, podendo a mesma ser submetida ao Executivo para competente deliberação, nos termos do disposto na alínea b) do ponto 1 do artº 16º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. A aprovação da 1ª Alteração Orçamental que importa no montante de 8.935,00 € (oito mil novecentos e trinta e cinco euros) do PPA no montante de 1.970,00 € (mil novecentos e setenta euros) e do PPI no montante de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), conforme mapas em anexo. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 12/2015 -----

Com o objetivo de garantir uma boa gestão do tempo de trabalho, pretendendo ainda reconhecer o empenho dos trabalhadores desta União de Freguesias no exercício das suas funções, através da concessão de períodos de descanso, concedendo tolerâncias de ponto. ---

Neste contexto e ao abrigo da competência de funcionamento da Junta de Freguesia, pelo artigo 19º, da alínea b), da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, proponho: -----

1. Conceder tolerância de ponto aos trabalhadores da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas para o corrente ano, nos seguintes dias: -----

- 8 de Fevereiro (Segunda-feira de Carnaval) -----

- 24 de Março (tarde de véspera de sexta-feira santa) -----

- 31 de Outubro (Segunda-Feira, Véspera do Dia de Todos os Santos) -----

- 23 de Dezembro (Sexta-Feira) -----

- 30 de Dezembro (Sexta-Feira à tarde) -----

2. Por razões de interesse público o Cemitério mantém-se aberto no horário normal de funcionamento. Os trabalhadores que prestarem serviço no cemitério nestes dias deverão gozar as tolerâncias de ponto correspondente ao período de trabalho normal, em data a acordar. -----

3. O Mercado Municipal de Carnaxide e o Mercado Municipal de Queijas mantém-se abertos no período da manhã. -----

4. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 13/2015 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

Ainda por agregação mantém-se em vigor os protocolos de delegação de competências assinados entre esta Autarquia e o Município de Oeiras, cuja gestão pertence a esta Junta de Freguesia. -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, ambos documentos aprovados para 2015, torna-se necessário reforçar a área de manutenção elétrica aos edifícios cuja responsabilidade dos mesmos está sobre a responsabilidade desta Autarquia. -----

Pela sua natureza, trata-se de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço dada à nova assunção de exigências que justificam a necessidade de um técnico de eletricidade responsável que proceda à verificação e reparação pontual dos vários sistemas elétricos, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, com a qualificação de técnico de eletricidade responsável, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 01 de Fevereiro de 2016; -----

- O prestador de serviços para desenvolver este serviço proposto pelo serviço requisitante, é o Sr. António Duarte Afonso; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 2.200,00 (dois mil e duzentos euros) correspondendo ao preço mensal de € 200,00 (duzentos euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; -----

- O valor estimado da aquisição de serviços anteriormente referenciada com cabimento na rubrica 02/01.01.07.99.00 – Diversas prestações de serviços (GOP/Orçamento de 2016); ----

- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se na carência de serviços prestados por um técnico de eletricidade responsável que proceda à verificação e reparação pontual dos vários sistemas elétricos; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1, do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º, o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro) e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP);

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----

c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, que se encontra em vigor (doravante identificada por “LOE 2015”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTRFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei n.º 80/2013 de 28/11; - Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença;

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços gerais que se traduzem na manutenção elétrica aos edifícios cuja responsabilidade dos mesmos está sobre a responsabilidade desta Autarquia. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de onze (11) meses, com início a 01 de Fevereiro de 2016. -----

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e ainda em vigor; -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, António Duarte Afonso, contribuinte n.º 103 411 410. O prestador de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 14/2015 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

Tendo esta Junta de Freguesia no quadro da execução das suas competências próprias e delegadas, carência regular de aconselhamento jurídico e emissão de pareceres e informações jurídicas e conforme nas GOP e Orçamento, ambos documentos aprovados para 2016, torna-se necessário proceder à aquisição de serviços de consultadoria jurídica nos seguintes termos: -----

1. Acompanhamento jurídico do executivo em permanência, com presença periódica e via telefone e/ou email, doze meses no ano, nos seguintes termos: -----

a) Com a presença nas instalações da sede da União de Freguesias, exceto Agosto: -----

- Dois meios dias, por semana, em dias fixos; -----

- Com a presença em reuniões internas ou externas asseguradas; -----

- No acompanhamento dos processos administrativos de contraordenação (por ex. dos canídeos), verificação de procedimento internos de consulta ao abrigo do CCP, verificação de

procedimentos internos de deliberação, regulamentos ou posturas, preparando as minutas dos formalismos processuais e revendo a preparação das decisões a adotar; -----

b) Na representação da União das Freguesias em processos administrativos, disciplinares e judiciais, etc. -----

2. O serviço de consultas de aconselhamento jurídico gratuito à população uma vez por semana, onze meses no ano; -----

- A prestação de serviços terá início a 01 de Fevereiro de 2016; -----

- A entidade para desenvolver este serviço é o Advogado Sr. Dr. José Nuno Brito da Silva; ---

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 10.200,00 (dez mil e duzentos euros) correspondendo ao preço mensal de € 850,00 (oitocentos e cinquenta euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor; -----

- O valor estimado da aquisição de serviços anteriormente referenciada com cabimento na rubrica 05/01.01.07.02 – Apoio Jurídico (GOP/Orçamento de 2016); -----

- A fundamentação da necessidade destas aquisições de serviços foi fundamentada anteriormente; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, em função de critérios materiais, ao abrigo do disposto na al. a) do n.º 1, e na alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º, conjugado com a alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º, alínea b) do n.º 1 do art. 27.º, conjugados com o disposto nos arts. 112.º e seguintes e 125.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados com a Lei das Autarquias Locais, Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, e com a Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro; -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, conforme tabela de atividades do artigo 151.º do CIRS, bem como implica uma prestação certa mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto a execução prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 1 do artigo 32.º da LGTRFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----
- c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, que se encontra em vigor (doravante identificada por “LOE 2015”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTRFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, o que ainda não se verificou; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2015, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014 , de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015 , de 07 de Agosto , que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços de apoio jurídico que se traduz no serviço de consultas de aconselhamento jurídico gratuito à população uma vez por semana e acompanhamento jurídico do executivo em permanência, com presença periódica e via telefone e/ou email. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de doze (12) meses, com início a 01 de Fevereiro de 2016 e no máximo de três anos de vigência de contrato -----

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e ainda em vigor; -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, Advogado Sr. Dr. José Nuno Brito da Silva, contribuinte n.º 200 737 090. O prestador de serviços deverá entregar situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 15/2015 -----

Na sequência da deliberação n.º 73/2014, aprovada por unanimidade dos presentes em 5 de Junho de 2014 e da deliberação n.º 484/2014 do Município de Oeiras, aprovada em reunião de Câmara em 2 de Julho de 2014, que estabelece a cedência em regime de comodato, da Loja N.º 1 do Mercado Municipal de Carnaxide, celebrando para o efeito o contrato de comodato N.º 01/2014, com o Grupo Motard “Os Lobos de Carnaxide”, com atribuição de espaço para sede. -----

Neste sentido, o referido Grupo Motard remeteu a esta Junta de Freguesia maquetas das películas autocolantes para colocação nas duas montras da loja da sua sede, que junto se anexa. -----

Neste contexto propõe-se: -----

1. Parecer favorável às maquetas das películas autocolantes para colocação nas duas montras da sede do Grupo Motard “Os Lobos de Carnaxide, sita na loja N.º 1 do Mercado Municipal de Carnaxide, nos termos do Regulamento Municipal de taxas e licenças e ocupação de via pública e publicidade do Município. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 16/2015 -----

Na sequência da deliberação n.º 05/2016, aprovada em 04 de Janeiro de 2016, foi executado um convite, através de ofício com a ref.^a JV/RR/22/2016 em 05 de Janeiro de 2016, à Senhora Cátia Liliana Santos Pereira, para apresentar proposta para a referida aquisição de serviços para elaboração das atas das reuniões da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----

Neste sentido, e após apreciação da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art. 16.º e da alínea a) do n.º 1 do art. 20.º conjugado com o art.128.º do CCP (DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), proponho: -----

1 – A adjudicação da referida aquisição de serviço, por ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, à Senhora Cátia Liliana Santos Pereira, com o Contribuinte n.º 254

041 655, com morada na Calçada de Laveiras, n.º 1 – 2º Dto., 2760-075 Caxias, pelo valor total de 3.300,00 € (três mil e trezentos euros), com pagamento mensal no valor de 300,00 € (trezentos euros) com cabimento em orçamento de 2016, pelo período de onze (11) meses, com início a 13 de Janeiro de 2016. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

8 – Proposta de Deliberação N.º 17/2015 -----

Esta adjudicação decorre da necessidade o acompanhamento do pessoal de limpeza urbana, de um serviço provisório eventual, com acréscimo de serviço no que respeita a este acompanhamento e por aí se faz esta adjudicação. -----

Na sequência da deliberação n.º 03/2016, aprovada em 04 de Janeiro de 2016, foi executado um convite, através de ofício com a ref.ª JV/RR/20/2016 em 05 de Janeiro de 2016, ao Senhor António Augusto Conceição Santos, para apresentar proposta para a referida aquisição de acompanhamento de trabalhos de limpeza urbana na União das Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----

Neste sentido, e após apreciação da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 16 e da alínea a) do n.º 1 do art.º 20 conjugado com o n.º 1 do art. 115.º e os artigos.125.º e 126.º do CCP (DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), propõe-se: -----

1. A adjudicação da referida aquisição de serviço, por ajuste direto, ao Senhor António Augusto Conceição Santos, com o Contribuinte n.º 123 420 350, com morada na Rua Ilha de Santa Maria, N.º 24, 2790-360 Queijas, pelo valor total de € 3.874,56 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos), com pagamento mensal no valor de 645,76 € (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos) com cabimento em orçamento de 2016, pelo período de seis (6) meses, com início a 13 de Janeiro de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -----

2. Que seja elaborado um seguro de acidentes de trabalho, considerando que o serviço será prestado na via pública. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

9 – Proposta de Deliberação N.º 18/2015 -----

--- Dado que o Sr. Luís Trindade se encontra de baixa médica e o Sr. Jorge Pires, que está afeto ao Cemitério, se encontra a fazer de encarregado do pessoal operário, apenas temos o encarregado do Cemitério, Sr. Jorge Gouveia e assim urge ter mais uma pessoa no Cemitério

para fazer serviços gerais de limpeza e manutenção, que é aquilo que se propõe. -----

Na sequência da deliberação n.º 07/2016, aprovada em 04 de Janeiro de 2016, foi executado um convite, através de ofício com a ref.ª JV/RR/23/2016 em 05 de Janeiro de 2016, ao Senhor Eduardo António Alegria Barroqueiro, para apresentar proposta para a referida aquisição de serviços gerais e limpeza das instalações desta União de Freguesias. -----

Neste sentido, e após apreciação da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art. 16.º e da alínea a) do n.º 1 do art. 20.º conjugado com os arts. 115.º, 125.º e 126.º do CCP (DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), propõe-se: -----

1. A adjudicação da referida aquisição de serviço, por ajuste direto , ao Senhor Eduardo António Alegria Barroqueiro, com o Contribuinte n.º 191 537 675, com morada na Rua Dr. João dos Santos, n.º 2 – 1º Dto., 2790-176 Carnaxide, pelo valor total de € 3.874,56 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos), com pagamento mensal no valor de 645,76 € (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos) com cabimento em orçamento de 2016, pelo período de seis (6) meses, com início a 13 de Janeiro de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

10 – Proposta de Deliberação N.º 19/2015 -----

Na sequência da deliberação n.º 02/2016, aprovada em 04 de Janeiro de 2016, foi executado um convite, através de ofício com a ref.ª JV/RR/19/2016 em 05 de Janeiro de 2016, ao Senhor José Gonçalves de Oliveira, para apresentar proposta para a referida aquisição de serviços gerais e limpeza no Mercado Municipal de Carnaxide.

Neste sentido, e após apreciação da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 16 e da alínea a) do n.º 1 do art.º 20 conjugado com os arts. 115.º, 125.º e 126.º do CCP (DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), propõe-se: -----

1. A adjudicação da referida aquisição de serviço, por ajuste direto, ao Senhor José Gonçalves de Oliveira, com o Contribuinte n.º 115 849 556, com morada na Rua Alberto Osório de Castro, N.º 1 – 3º B, 2790-205 Carnaxide, pelo valor total de € 3.874,56 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos), com pagamento mensal no valor de 645,76 € (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos) com cabimento em orçamento de 2016, pelo período de seis (6) meses, com início a 13 de Janeiro de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

11 – Proposta de Deliberação N.º 20/2015 -----

Na sequência da deliberação n.º 04/2016, aprovada em 04 de Janeiro de 2016, foi executado um convite, através de ofício com a ref.^a JV/RR/21/2016 em 05 de Janeiro de 2016, ao Senhor Paulo Alexandre Macedo Santos, para apresentar proposta para a referida aquisição de serviços gerais e limpeza de instalações da Junta de Freguesia. -----

Neste sentido, e após apreciação da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art. 16.º e da alínea a) do n.º 1 do art. 20.º conjugado com os arts. 115.º, 125.º e 126.º do CCP (DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), propõe-se: -----

1. A adjudicação da referida aquisição de serviço, por ajuste direto , ao Senhor Paulo Alexandre Macedo Santos, com o Contribuinte n.º 178 568 422, com morada na Rua Bernardino de Oliveira, n.º 9 – Sotão, 1495-017 Algés, pelo valor total de 1.937,28 € (mil novecentos e trinta e sete euros e vinte e oito cêntimos) com pagamento mensal no valor de 645,76 € (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos) com cabimento em orçamento de 2016, pelo período de três (3) meses, com início a 13 de Janeiro de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 15 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

12 – Proposta de Deliberação N.º 21/2015 -----

Na sequência da deliberação n.º 06/2016, aprovada em 04 de Janeiro de 2016, foi executado um convite, através de ofício com a ref.^a JV/RR/24/2016 em 05 de Janeiro de 2016, à Licenciada Dra. Marta Filipa Salgado Fragoso, para apresentar proposta para a referida aquisição de serviços para o Gabinete de Apoio Social. -----

Neste sentido, e após apreciação da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art. 16.º e da alínea a) do n.º 1 do art. 20.º conjugado com o art.128.º do CCP (DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), propõe-se: -----

1. A adjudicação da referida aquisição de serviço, por ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade com a Sra. Dra. Marta Filipa Salgado Fragoso, licenciada em serviço social, contribuinte n.º 226 118 410, com morada na Rua das Biscoiteiras, n.º 28 – 2º A, 2795-037 Linda-a-Velha pelo valor total de 4.400,00 € (quatro mil e quatrocentos euros), com pagamento mensal no valor de 1.100,00 € (mil e cem euros) com cabimento em orçamento de 2016, pelo período de 4 (quatro) meses, com início a 4 de Fevereiro de 2016. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

13 – Proposta de Deliberação N.º 22/2015 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, nomeadamente na reorganização administrativa de processos, na delegação em Queijas por via da agregação das Freguesias em conformidade com a Lei N.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, torna-se necessário a aquisição de serviços para Assistência Informática ao Parque Informático da Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, com cerca de trinta utilizadores, servidor, redes, etc, que se traduz na manutenção nos computadores abrangidos, ajuda técnica em assistências remotas de software efetuadas com as empresas com contratos de manutenção que não envolvam presença de técnico no local e outras intervenções no âmbito da assistência técnica. -----

- A prestação de serviços terá início a 01 de Fevereiro de 2016; -----

- A entidade, para desenvolver as atividades administrativas, proposta pelo serviço requisitante é o Licenciado Sr. Engº Marco Filipe Pereira Nunes; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os 3.300,00 (três mil e trezentos euros) correspondendo ao preço mensal de € 300,00 (trezentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor; -----

- O valor estimado da aquisição de serviços anteriormente referenciada com cabimento na rubrica 02/02.02.14.02 (GOP/Orçamento de 2016); -----

- A fundamentação da necessidade de aquisição destes serviços suporta-se na carência de Assistência Informática ao Parque Informático da Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, com cerca de trinta utilizadores, servidor, redes, etc, que se traduz na manutenção nos computadores abrangidos, ajuda técnica em assistências remotas de software efetuadas com as empresas com contratos de manutenção que não envolvam presença de técnico no local e outras intervenções no âmbito da assistência técnica; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1, do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º, o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de

dezembro) e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP);

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar».

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----

c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, que se encontra em vigor (doravante identificada por “LOE 2015”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTRFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei n.º 80/2013 de 28/11; - Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços para Assistência Informática ao Parque Informático da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas com cerca de trinta utilizadores, servidor, redes, etc, que se traduz na manutenção nos computadores abrangidos, ajuda técnica em assistências remotas de software efetuadas com as empresas com contratos de manutenção que não envolvam presença de técnico no local e outras intervenções no âmbito da assistência técnica. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de onze (11) meses, com início a 1 de Fevereiro de 2016. -----

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e ainda em vigor; -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços Sr. Eng.º Marco Filipe Pereira Nunes, com sede profissional na Rua Ilha do Faial n.º 14 – 2.º Dto., Torre da Marinha em 2840-427 Seixal, Contribuinte Fiscal nº 216 417 384. O prestador de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 19h10m horas. -----

O Executivo

O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Tesoureiro

(Luís Lopes)

A Vogal

(Rosa Lopes)

O Vogal

(José Rodrigues)

O Vogal

(António Rocha)